

■ Por que este novo regime de guerra?

— **Philippe Zarifian**

Entramos, mundialmente, em um novo regime de guerra, de longa duração. Não é possível reduzi-lo a uma seqüência de episódios de guerra, de ataques militares. Um regime de guerra não é uma seqüência de guerras localizadas. É, antes de tudo, um novo regime de controle e de destruição, almejando estender-se a uma escala mundial e que faz da guerra seu modo de existência principal e permanente - quaisquer que sejam os episódios de confrontação militar explícita - utilizando todos os registros: político, ideológico, policial, militar, mediático, legislativo etc. A guerra não é, e nunca foi, simplesmente militar.

Além disso, e de modo manifesto, este regime se desdobra em duplo *front*: externo e interno. Entre o desdobramento do recurso à guerra no exterior de cada um dos Estados - contanto que a delimitação dos Estados continue a ter sentido - e o desenvolvimento de um regime interno de sociedade securitária de controle, existe, não apenas uma coincidência temporal, mas uma profunda afinidade: trata-se da mesma guerra.

Quais as suas características?

Este regime de guerra não nasceu de uma só vez: suas premissas fizeram-se perceber nos confrontos precedentes (guerra do Golfo, guerra do Kosovo, guerra da Chechênia...); na evolução, cada vez mais radical e de guerra, de toda a classe política de Israel; no aumento permanente da ideologia e das medidas securitárias internas. Mas estas premissas não constituíam ainda um verdadeiro regime: claramente, os protagonistas deste regime ainda não tinham consciência suficiente daquilo em que se engajariam e dos meios que deveriam ser desdobrados. Os atores mais adequados a este regime - os mais preparados para desenvolver, segundo uma ética de convicção, suas formas ideológicas - ainda não estavam postos. O inimigo ainda não estava denominado claramente, assim como o regime não estava caracterizado, nem anunciado publicamente.

Deste ponto de vista, o 11 de setembro foi um verdadeiro acontecimento: precipitou, brutalmente e com grande velocidade, a plena e inteira entrada neste

regime, diante da qual as premissas apareciam apenas como repetições mal-acabadas (a guerra do Golfo, ou os massacres precedentes perpetrados pelo governo de Israel), um tipo de fase de regulagem e de aprendizado, fase que só poderia ser assim percebida depois, por racionalização a posteriori, fase que se estendeu até a regulagem da eficácia dos bombardeios aéreos.

O enunciado por fim encontrado: a cruzada do Ocidente contra o terrorismo global, segundo as próprias palavras de Bush, possui grande potência de evocação e já constitui, por si mesmo, um ato de guerra essencial. Pois, neste estranho regime, os enunciados ideológicos, ou melhor, o que nós iremos propor, inspirando-nos em Maurice Godelier, chamar de "configuração ideal", possuem um papel diretor. O fato de se apoiar explicitamente em referências de extrema direita, evocadoras de um passado histórico longínquo (o período dos grandes confrontos entre o Oriente, que seria qualificado como bárbaro e herético, e o que se colocaria como o Ocidente cristão civilizado), não é inocente, nem sem efeitos. O título de um livro publicado, há 10 anos, em 1991, pouco após a queda do muro de Berlim, por Jean-Christophe Rufin: *O império e os novos bárbaros*¹ anteciparam de modo notável a atmosfera na qual entraríamos. A caracterização do inimigo, a saber o terrorismo global, mundial, é de grande força. O inimigo não é mais, definitivamente, assimilado a um Estado, nem mesmo a um regime político hostil. Não se faz mais guerra a um Estado, ou entre Estados. Não se faz mais guerra contra o comunismo. O conflito contra o Iraque não é uma guerra contra um Estado: é uma variante e um episódio da guerra contra o terrorismo e seu suposto perigo (a detenção de armas de destruição em massa). Faz-se guerra contra um inimigo inapreensível, ao mesmo tempo externo e interno, potencialmente presente em toda parte, tornando a distinção entre os dois *fronts* cada vez mais nebulosa e ultrapassada. Faz-se guerra contra um inimigo que temos, de agora em diante, o privilégio de caracterizar: cabe a Bush, a Sharon, a Chirac, a Berlusconi etc., enunciar quem é terrorista e quem não é, sem ter realmente que prová-lo (além disso, as provas podem ser inteiramente fabricadas). E este inimigo não é só sem rosto. Ele é sem motor, sem verdadeira política, sem causa, unicamente caracterizado pelo meio "injustificável" que utiliza: precisamente o

¹ Jean-Christophe Rufin, *L'empire et les nouveaux barbares*, éditions JC Lattès, outubro 2001.

terrorismo. Como, aliás, poderiam os bárbaros possuir um pensamento racional e coerente, senão pelos meios que utilizam? O Mal não raciocina: só se pode almejar destruí-lo. Ódio contra ódio. É preciso aprender racionalmente a odiar o terrorismo que nos odeia. É neste sentido que o regime de guerra se diferencia profundamente do período dito da "guerra fria", que se mantinha entre adversários racionais equivalentes, segundo os meios clássicos.

O regime de guerra só pode ser um regime de ativação de paixões tristes, incessantemente relançadas por seqüências de encenações ideológicas e confrontos materiais, no seio do qual o reforço à potência armada e aos afetos mais reativos- no sentido notável que Nietzsche deu a este termo² - tem por corolário um enfraquecimento das disposições intelectuais e físicas das individualidades e das formas de vida social, que visam, de fato, a fazer-nos regredir, nós mesmos, ao puro registro passional, cheio de ódio e suspeita, aquele que pode fazer-nos duvidar das intenções de nosso próprio vizinho. O respeito às regras da democracia e aos direitos individuais tende a se tornar, ele próprio, um obstáculo para se lutar eficazmente contra um tal inimigo. Os aparelhos de polícia, no sentido vasto do termo, devem poder agir com um máximo de diligência e de eficácia, sendo paralisados por apenas um mínimo de regras de direito. Este regime possui um potencial racista sem limite a priori: se, em um período dado, o inimigo essencial tem aspecto oriental, ele pode ser diferente se o conflito desloca-se em direção a fisionomias de outras civilizações. Além do mais, a todo momento, cada um de nós pode cair no qualificativo de "terrorista". Não existe, aliás, um continuum entre o terrorismo "de bomba" e o "terrorismo verbal" de todos os resistentes, de todos aqueles que não aderem integralmente à causa do Ocidente civilizado? E este qualificativo justifica, por si mesmo, os meios utilizados: o contra-terrorismo, ou o terrorismo preventivo, e, pela própria porosidade existente entre os fronts externos e internos, com uma reunião progressiva, sob uma mesma autoridade e dentro de uma mesma coordenação de ação, dos meios militares, policiais, informacionais, legislativos, judiciários...É o que está acontecendo na França, após a imitação do caso americano, não sem provocar fortes agitações.

² Ver Gilles Deleuze, *Nietzsche e a filosofia*, Ed. Rio, Rio de Janeiro, 1976.

Para melhor caracterizar este regime, parece importante fornecer as seguintes precisões:

Não se pode, em nenhuma hipótese, reduzir este regime a uma guerra executada apenas pela administração americana, para assim reconciliarmos-nos com a sempiterna denúncia do "imperialismo americano". Os fatos mostram que governos de vários países engajaram-se neste regime, sendo também os seus promotores, mesmo sem se contentarem em seguir o governo americano e apesar da liderança evidente deste último. Podemos citar os governos de Israel, Rússia, França, Itália, Espanha e Reino Unido. Estes governos aliaram-se militarmente em favor de uma profunda reorganização da OTAN, que tende, ela própria, a instrumentalizar e a especializar o dispositivo militar que a União Europeia tenta criar, orientando-o, explicitamente, na direção desta luta contra o terrorismo mundial. A Rússia une seus interesses ao dispositivo global, o que dá um aspecto inédito a este regime no qual o termo "Ocidente" deve ser compreendido como o englobante.

Este regime engendra, necessariamente, tensões entre seus promotores. Não se deve esperar um acordo integral entre estes, mas renegociações permanentes, e hesitações nas modalidades e profundidades do engajamento. As divergências que apareceram a propósito da guerra contra o Iraque o provam. Não se trata de um desacordo sobre a orientação global do regime de guerra, mas de divergências específicas sobre o bem fundado desta guerra, que é função de apreciações diferentes sobre os riscos de desestabilização do Oriente Médio, dada a repartição dos interesses de cada força que este ataque implica. Além disso, se o governo francês fez a escolha, explícita e publicamente afirmada, de se engajar no seio deste regime, suas hesitações em praticá-lo em toda a profundidade de sua lógica marcam a dificuldade de conciliar este regime com a manutenção de uma dinâmica econômica capitalista, globalizada e descentralizada, pouco conciliável com desestabilizações e centralizações que a guerra, e seus riscos, tendem a provocar, e com o apoio da opinião pública europeia, que guarda ressentimentos e comportamentos que pertencem a sua própria história. Dito de outra maneira, não se deve esperar por um regime de guerra funcionando em "estado puro", mas por numerosas variantes e diferenciações, em função de graus de engajamento variáveis dos governos e das opiniões. Mas estas hesitações e variações não modificam o sentido geral da orientação deste regime.

Um regime de guerra não se reduz a uma estratégia. Ele veicula inovações importantes nas técnicas de controle e nos saberes mobilizados, orienta a pesquisa científica, leva a uma reorganização dos aparelhos de poder, interfere nos modos de pensar e de viver. Por exemplo: a regulamentação, por parte dos Estados Unidos, de uma vigilância integral sobre a circulação das informações passando mundialmente pela Internet supõe modelos matemáticos e meios de tratamento particularmente potentes e inovadores, permitindo mapear "ponto a ponto" (indivíduo por indivíduo) em um tratamento de bilhões de informações, o que, há ainda pouco tempo, era tecnicamente impossível. Mas, por outro lado, esta vigilância generalizada, quando for conhecida pelo "simples internauta", poderá deturpar o uso da Net e modificar os comportamentos sociais neste assunto.

Petróleo e geo-estratégia: explicações reais, mas deveras insuficientes

Duas causas para o ingresso neste regime de guerra devem ser imediatamente relativizadas.

A primeira é postulada, de modo quase pavloviano, pelos partidos de esquerda e de extrema esquerda clássicos (na França: o partido comunista, a LCR, uma parte do PS, etc.): a questão seria o controle do petróleo e Bush poderia ser designado como um simples criado da World Company. Pode-se ainda incrementar esta análise (trata-se mesmo de uma?) com o recurso ao bom e velho vocábulo "imperialista", e mesmo estimar que entramos em uma fase regressiva, que estaria em contradição com as tendências "profundas", modernistas, do Império. Ora, como tentaremos mostrar, não apenas este regime está em fase com as evoluções mais "modernas" de nosso período histórico, como o controle do petróleo constitui somente um elemento secundário. O econômico já nos ensinou, há muito tempo, que os controles indiretos são os mais potentes e os mais duráveis: todo capitalista e todo governo sabem disso. O controle do petróleo já se opera, há muito tempo, pela dependência em que se colocaram os produtores desta fonte de energia, inclusive o Iraque e o Irã. Além disso, o regime de guerra já engendrou, até agora, fortes instabilidades políticas no Oriente Médio e um encarecimento do curso petróleo que, longe de reforçar a solidez do controle ocidental, a enfraquece. Não tomemos os protagonistas deste regime

por idiotas. Apenas a guerra no Afeganistão permitiu efetivamente o desbloqueio do projeto de transporte de petróleo nesta região, mas quem poderia seriamente sustentar, sem se cobrir de ridículo, que esta era a razão principal da intervenção americana? Não confundamos a causa de um regime global com os efeitos de um conflito localizado.

A segunda causa, com potência explicativa mais sólida, consiste em solicitar uma abordagem geo-estratégica. Incontestavelmente, esta explicação participa: desde a "guerra do Golfo", os Estados-Unidos, em particular, desenvolveram suas bases militares e sua influência diplomática de modo a penetrar cada vez mais profundamente na zona leste do Mundo. Aproveitam a fragilidade da Rússia para isolá-la e instalarem-se em todos os países limítrofes. Eles circundam o Irã, penetram no continente Indiano, começam a fazer a junção com as implantações no sudeste asiático (fortes historicamente), se aproximam da China (que permanece, até agora, o maior adversário). Bases militares, mas também feudalização e corrupção de governos locais, penetração nos serviços de informação, infiltração e enquadramento de exércitos locais, etc. Este desenvolvimento geo-estratégico opera-se de maneira muito clara, e sem ter que ocupar politicamente nenhum território (salvo, transitoriamente, o Iraque), a cada vez que uma solução governamental local pode ser encontrada e sustentada, como foi o caso do Afeganistão. É um cenário já bem azeitado.

Poderíamos acrescentar - é ao menos uma hipótese que tínhamos formulado pouco após setembro 2001 - que o desdobramento político desta geo-estratégia leva também a modelar os modos de vida e os referentes culturais locais e, logo, a produzir um mercado maior e mais intenso para a economia globalizada, em particular para a parte da economia que é diretamente sensível às evoluções atuais dos modos de vida: indústrias de telecomunicações, indústrias culturais, etc. À sua maneira, Hong Kong é a forma mais adiantada e espetacular de relação entre modos de vida e indústrias da idade do acesso (para retomar a expressão de Rifkin), pelo menos se deixarmos de lado as questões mais profundas que animam os habitantes desta cidade-território.

Aliás, deste ponto de vista, Bush está longe de ser simplesmente o homem do petróleo: a circunscrição dos países e das populações da zona oriental do mundo é também um meio de reinjetar fôlego aos setores tecnologicamente

mais adiantados e de controlar seu desdobramento mundial, naquilo que ele supõe serem as transformações dos modos de pensar e de viver destas populações.

Todavia, esta segunda linha de explicação permanece bastante insuficiente. Ela está, antes de tudo, muito concentrada na administração americana, esquecendo um fato maior, sobre o qual já insistimos: neste regime de guerra, muitos governos já estão implicados, não como "seguidores" dos Estados Unidos, mas como promotores deste regime. A análise puramente geo-estratégica dificilmente se aplica a eles. Por exemplo, como incluir nesta análise a política do governo francês? Como compreender o comportamento do governo russo, sob o risco de assumir a hipótese absurda de que ele aprova uma orientação geo-estratégica americana, que não pára de lesar e fragilizar suas próprias posições? Os russos são tudo, menos idiotas. Mais uma vez: imputar a inteira responsabilidade por este regime de guerra aos americanos, parece-nos ser um erro profundo, não corroborado pelos fatos, e que pode conduzir a previsões equivocadas.

Além do mais, esta visão geo-estratégica não explica em nada o desdobramento do que nós propusemos chamar de *front* interno. Isto é, as transformações profundas nas relações sociais e práticas políticas que marcam a maioria dos países ocidentais, e que podemos resumir chamando-as, "à la Foucault", de ingresso pleno e integral na sociedade securitária e de controle (misturada, algumas vezes, com a antiga sociedade disciplinar). Por sociedade securitária de controle, nós entendemos o desdobramento, segundo a grande intuição de Deleuze, de um controle por modulação (e não mais por simples disciplinarização) de corpos individuais e comportamentos que aparentam uma maior liberdade de ação e de pensamento: modulação dos horários, dos objetos e lugares de engajamento pessoal, dos espaços e momentos de vida, etc., modulação e mobilidade dos corpos e dos espíritos que fornece um novo aspecto ao mundo contemporâneo. O controle não se exerce mais, diretamente, segundo uma moldagem dos corpos, diferentemente dos dispositivos disciplinares. Ele opera segundo a fórmula, ao mesmo tempo suave e particularmente dura, das "contas a acertar" (contas a acertar, periodicamente, sobre seu emprego do tempo, sobre seus objetivos profissionais individuais, sobre a auto-exploração de seus momentos de vida e de sua mobilidade espacial, sobre o respeito às suas responsabilidades pessoais). Ora, aquilo a que assistimos, desde setembro 2001, é a um casamento inédito

desta sociedade de controle por modulação a distância com uma securização estática, a segunda não podendo anular a primeira. A análise geo-estratégica não nos dá, por certo, nenhum meio de compreender as razões deste novo casamento.

Enfim, esta mesma visão geo-estratégica deixa totalmente sem resposta a questão de saber porque este regime de guerra desenvolve e ativa, em escala inédita, formas ideológicas (que se pode analisar como configurações ideais) tão reacionárias, impregnadas, até este ponto, de um espírito de extrema direita. Que é, ainda, um espírito de extrema direita que está longe de ser a simples reprodução de ideais nazistas do período entre as duas guerras (mesmo se surgem continuidades e parentescos, como o demonstram o encorajamento e o aumento do racismo e o privilégio acordado à "raça branca", nos Estados Unidos, por exemplo, dentro da linhagem e da tradição da ideologia dos movimentos de extrema direita do Sul deste país).

É preciso, pois, propor uma outra linha de explicação.

Uma causa central: o medo da mundialidade

Um meio prático para progredir na análise, uma vez que os governos em questão utilizam a arma privilegiada do medo como meio de governo, é perguntar: de que eles têm medo? Esta questão não é anódina. Foucault, bem no fim de sua vida, enunciou uma proposição que parece ter imenso alcance explicativo (e que reúne as análises desenvolvidas por Espinoza em seus dois tratados políticos): a resistência precede a opressão. É porque há potência e liberdade por toda parte que há dominação. Eis aqui a pista que precisa ser aprofundada: qual resistência (ou, melhor ainda, qual afirmação, qual potência em ato) pretende-se oprimir (e reprimir)? O que é equivalente à questão: de que estes governos têm medo? Nós proporemos a seguinte resposta: da mundialidade.

A mundialidade é, antes de tudo, se é possível exprimir-se assim, um fenômeno objetivo, ancorado nas relações de produção, naquilo que Marx chamava a produção social das condições (e formas) da existência humana. Ela se exprime em uma formidável mistura e interpenetração de civilizações, em uma formidável produção de mestiçagem. Haveria razão de dizer, certamente, que não se trata de um fenômeno novo. Mas ele encontra-se ativado em um grau de intensidade inédito. É a própria intensidade das interpenetrações entre os

modos de existência ou, se preferirmos, a intensidade da formação de compleições intercivilizacionais (desdobrada na própria interioridade dos indivíduos) que retoma a questão das civilizações e explica porque esta noção reaparece com tanta força.

Durante o último período do pensamento social e filosófico, pareceu de bom tom dizer que a noção de "civilização" estava gasta, sendo boa apenas para a agitação de alguns nostálgicos dos velhos tempos. Dizer "civilização" era ser rotulado à direita, no mínimo. O universalismo neo-kantiano ou habermasiano, ou as análises sistêmicas, pareciam ter abolido definitivamente esta noção. Mas os fatos são teimosos: ela retorna. Nós não somos desprovidos de ferramentas intelectuais para pensá-la: pensemos tão somente nas grandes obras de Braudel e de Max Weber, que souberam tratar da história das civilizações, esquivando notavelmente o risco de uma abordagem culturalista.

Mas são, sobretudo, as circunstâncias do retorno atual à referência às civilizações que importam. Porque este retorno coincide com uma profunda mutação: um enredamento e um movimento de mestiçagem destas civilizações, que obriga a sua confrontação. Esta confrontação não pode mais ser esquivada, tanto quanto não se trata de absorver uma civilização por outra (tentativa que já pertence ao período histórico precedente, o do colonialismo e seus avatares). Mais ainda, esta confrontação não age termo a termo, mas age em relação aos problemas do mundo, dos quais a humanidade concreta deve, solidariamente, encarregar-se, e que não pertencem a nenhuma civilização em particular. A mundialidade mestiça tem como pano de fundo a mundialidade do devir humano³.

A mundialidade mestiça - aquela que nos permite afirmar que somos todos mestiços! - significa que as subjetividades contemporâneas, nas e graças às modulações das quais falamos, associam e integram uma multidão de contribuições cognitivas e éticas de origens diversas, das quais cada um de nós constitui um pólo integrador, e que se recolocam, estas contribuições, em um diálogo permanente, com proximidade ou à distância, entre cada uma das singularidades,

³ Explicitamos o que entendemos por "mundialidade" em Philippe Zarifian, L'émersion d'un Peuple Monde, PUF, março 1999.

segundo sua compleição mestiça própria, fruto de sua trajetória de experiências. É no seio deste diálogo ininterrupto, e sempre relançado, que a mundialidade estende-se subjetivamente e orienta novos engajamentos em relação ao mundo. Mas, para compreender esta mundialidade mestiça, é preciso colocá-la em contato com aquilo que vem ativá-la: a acuidade dos problemas que têm, de hoje em diante, uma dimensão diretamente mundial. Deveríamos dizer, ao mesmo tempo, uma dimensão diretamente humana, engajando o corpo e o espírito da humanidade-mundo, tomada em sua solidariedade de existência e de devir. Os desafios e questões deste devir estão cada vez mais manifestos.

Em negativo, aquilo que devemos enfrentar com urgência (como fenômeno comum a todas as civilizações): degradação do ecossistema, aumento da miséria e da morte nos países do sul, abismo crescente entre ricos e pobres (penetrando cada vez mais no coração dos países ocidentais), desordens e desmoronamento econômico de países inteiros (mesmo de subcontinentes) provocados pela globalização financeira e seu alter-ego: o forte aumento da dívida da qual muitos Estados (particularmente nos países do sul) são tributários, dominação das mulheres, etc.

Em positivo, aquilo sobre o que podemos desdobrar nossa alegria e potência: a expansão e o compartilhamento gratuito do saber na organização globalizada do dialogismo, a viagem e os encontros entre mestiçagens diferentes, em diversos pontos do globo, a ética da generosidade e o sentido do engajamento em um devir comum, a riqueza das diferenças e da própria mestiçagem, e as novas forças intelectuais e corporais que elas nos dão. Certamente, trata-se, ainda, somente de emergências, mas que são, todavia, perfeitamente tangíveis. Estas emergências já marcam, de modo particular, a maneira pela qual as correntes da juventude abrem-se à política, de modo muito diferente das gerações precedentes. Mesmo os engajamentos nas organizações humanitárias, que são simples de denunciar sob pretexto de que são manipulados, testemunham esta transformação.

É sobre o pano de fundo desta emergência necessária da mundialidade que as questões e as clivagens se operam. E isto porque esta emergência provoca um medo de pânico no seio dos governos ocidentais. A visão, por parte destes governos, da emergência da mundialidade e a opção que eles tomam é a de que é preciso evitar, com toda força, o risco de dissolução do "Ocidente" (palavra

que toca o fundo de suas vísceras). É menos de um racismo direto e biológico de que se trata hoje, do que do medo da mestiçagem e da mundialidade humana. A mundialidade é percebida como um perigo, como uma ameaça terrível e, em nenhuma hipótese, como uma oportunidade. Este medo se concretiza em vários registros:

-medo da perda de identidade do "Ocidente" e do "fim da História" que ela pretende encarnar...

-medo de um fortalecimento das questões que a mundialidade coloca e das potencialidades de questionamento do sistema econômico capitalista globalizado que elas comportam. A necessidade de enfrentar a deterioração do ecossistema, o aumento do abismo entre pobreza e riqueza no plano mundial, a livre circulação e a gratuidade da economia do saber, a luta contra a financeirização e seus efeitos destrutivos, a riqueza da mestiçagem etc., todos elementos que trazem subversão e contestações crescentes frente à dominação do capitalismo globalizado;

-medo de uma perda de legitimidade crescente das práticas de dominação política, tanto no plano interno quanto em matéria de ação internacional;

-medo de novas experimentações democráticas, que se distanciam cada vez mais do esquema neo-lockeano da democracia liberal, e podem desestabilizar profundamente os poderes e os métodos de opressão que esta democracia liberal comporta;

-medo das migrações, das misturas, das "infiltrações" de elementos de civilizações estrangeiras, das mestiçagens, e, em reação, aumento de um integrismo "ocidental" (muito próximo, no fundo, do integrismo reativo islâmico, como mostra o impressionante paralelismo entre os discursos de Bush e de Bin Laden); etc.

Todos estes medos se fundem em um só. O medo mais forte não é o de uma oposição termo a termo: disto as forças capitalistas têm uma longa experiência. É o medo de um desvio de perspectiva: não somente a mundialidade coloca a globalização econômico-financeira e as dominações políticas no banco dos réus mas, sobretudo, ela parte por vias, perspectivas, modos de comunicação intersubjetiva, aspirações e éticas de vida, enfim, por experiências que escapam a todo controle possível. O inimigo não é mais o regime comunista, mas a mundialidade, e as novas questões da humanidade-mundo que a ativam. Este inimigo é difuso. Ele não se identifica a nenhum Estado em particular. Por

isso o qualificativo de "luta contra o terrorismo mundial" acabou se impondo. Na verdade, não é centralmente das práticas terroristas que os governos ocidentais, promotores do regime de guerra, têm medo. É da dimensão difusa, incontrolável, não assimilável, profundamente pacífica, da mundialidade. A palavra "terrorismo" vem tentar nomear e colmatar esta brecha, justificando o uso dos meios de violência (porque o que não se pode controlar, tenta-se destruir).

É verdade que, a esta primeira razão, acrescenta-se uma outra: a combinação das pretensões de dominar o mundo das potências ocidentais com a emergência da mundialidade gera, de modo reativo, integrismos locais e armados nas diferentes esferas civilizacionais, dos quais o integrismo islâmico é hoje a representação mais evidente, mas não a única (o que se sabe do que pode estar amadurecendo na Ásia ou na África negra?). Este integrismos locais, tão hostis à mundialidade quanto os "ocidentais", mas operando em sua própria esfera de referência - em hostilidade reativa ao "Ocidente"-, são dificilmente controláveis e representam, efetivamente, perigos destrutivos, com verdadeiros atos terroristas.

Esta segunda linha de medo vem somar-se à primeira, e fornecer a ela uma coloração particular: os governos ocidentais visam matar dois coelhos com uma cajadada só: abater os integrismos locais mas, sobretudo - e isto está cada vez mais claro - tomá-los como pretexto para combater a mundialidade. Quando se prega um "*islam* moderado", por exemplo, quer-se dizer: um "*islam*" suficientemente ocidentalizado, para permanecer um bom servo do "Ocidente, mas também, e sobretudo: um *islam* que fique no seu lugar, que não seja poluído pelos apelos da mundialidade, que permaneça bem "islâmico" (logo não mestiço), não penetrado pela mistura de civilizações e pelos desafios que ela deve ressaltar.

Mas isto coloca, para os adversários decididos deste regime de guerra que devemos ser, um desafio. Nós não podemos nos contentar de nos opormos a este regime de guerra, ou de denunciá-lo. O fator mais decisivo reside na faculdade de "trazer a mundialidade", nas suas virtualidades e suas perspectivas positivas. Ao propor falar de "confronto de civilizações", nós não entendemos, nem oposição termo a termo, claro, nem simples mistura. Mas uma confrontação crítica, ainda que pacífica, entre contribuições de diferentes trajetórias civilizacionais, que só pode ter lugar porque a questão está deslocada e não

pertence a nenhuma destas trajetórias. Por exemplo: sobre o desafio ecológico - desafio maior hoje -, nós, filhos da trajetória do "Ocidente" racionalista e dominador da "natureza", temos muito a aprender com a civilização chinesa. E há urgência, não somente porque a degradação do ecossistema começa a engendrar irreversibilidades que podem ser dramáticas, mas também porque a civilização chinesa, e seus recursos intelectuais e práticos, fruto de muitos milênios de experiência, está-se degradando. Porque eis aqui um dos paradoxos: a confrontação entre civilizações pode levar também a uma espécie de apodrecimento interno, a uma "putrefação" das esferas civilizacionais, em proveito de uma ocidentalização "de baixo calão", apostando no que nossos países podem exportar de pior, e sobre o que as grandes firmas (culturais, de telecomunicações, de bens de grande consumo etc.) surfam alegremente. É exatamente o que se produz na Ásia ou na América Latina desde muitos anos. Ainda assim, sentimos, mais recentemente, que este apodrecimento degrada-se a si próprio, e que as individualidades e os povos erguem a cabeça: o superficial e o dinheiro fácil já estão perdendo seus atrativos, ao mesmo tempo que as suas possibilidades de realização. Mudanças mais radicais, experimentações éticas exigentes, aumentam de potência em diferentes pontos do globo (o Brasil tornando-se, ao menos temporariamente, o símbolo). É isto também a emergência da mundialidade.

Eis então, resumidamente, a causa mais profunda deste regime de guerra: o medo da mundialidade, atitude que, à sua maneira, está no coração das mutações e dos engajamentos os mais atuais.

Tradução do Francês **Tatiana Roque**

■ Philippe Zarifian é professor de sociologia da Université de Marne-la-Vallée e pesquisador da École Nationale des Ponts et Chaussées.

